

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

II SEMINÁRIO DE PESQUISA DA FESPSP

EM GUARDA PARA AS AMÉRICAS: BREVE ESTUDO SOBRE O PAN-AMERICANISMO PARA O BRASIL

Mayra Coan Lago *

Resumo

O presente trabalho pretende analisar se houve uma continuidade ou uma renovação da política externa norteamericana para a América Latina e, mais especificamente, para o Brasil quando se trata da política da *Boa Vizinhança*, assim como a recepção desta política no Brasil. Esta política lançada no governo do presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) sinaliza uma reorientação da política externa norteamericana para a América Latina. No entanto, há autores que não a consideram como uma renovação mas uma continuidade, sendo que a mudança estaria nas táticas utilizadas e não no conteúdo. Nesse sentido, busca-se, por meio desta pesquisa, identificar se houve uma continuidade ou renovação, além de apresentar os “novos instrumentos” utilizados pelo governo norteamericano, isto é, a cultura norteamericana por alguns meios de comunicação no Brasil, ressaltando o papel da Revista *Em Guarda: Para a Defesa das Américas*, como um instrumento de poder dos Estados Unidos em suas relações com o Brasil à época da Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Brasil; Estados Unidos; América Latina; Boa Vizinhança.

Introdução

Segundo Ribeiro (2011), nas relações internacionais o poderio militar ou econômico de um país tende a intimidar, enquanto a cultura tem o poder de seduzir as demais nações. Nesse sentido, a cultura passa a ser um importante instrumento de poder que, por sua vez, é um dos componentes centrais do estudo das relações internacionais. A difusão de certos aspectos da cultura norteamericana no Brasil é um fato irrefutável de nosso tempo. Do mesmo modo, sabe-se que não é um fenômeno

* Mestranda pelo Programa de Integração da América Latina (PROLAM/USP). Especializanda em Política e Relações Internacionais na Fundação Escola de Política e Sociologia (FESP-SP) e graduada em Relações Internacionais pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). Email: mcoann@hotmail.com

recente ou ocasional, mas algo meticulosamente planejado e construído ao longo de décadas.

Desse modo retomaremos, ainda que brevemente, um momento dessa longa construção: a política da *Boa Vizinhança*, o que Atkins (1989) descreveu como a “*pan-americanização da Doutrina Monroe*” e o que Gerson Moura definiu como a “chegada do *Tio Sam* ao Brasil”. Segundo Cristina Pecequilo (2005), a política da *Boa Vizinhança* foi uma resposta às transformações do sistema internacional e hemisférico, tentando incorporá-las às determinações da política externa dos Estados Unidos. Sendo assim, a autora afirma que embora as formas tenham mudado, os conteúdos permaneceram, não podendo se falar em uma real renovação do relacionamento entre os Estados Unidos e a América Latina e, mais especificamente, o Brasil. Em outras palavras, a redefinição do relacionamento entre os países teria sido uma mudança de tática da política externa norteamericana, o que não implicaria na alteração do conteúdo ou das prioridades estratégicas continentais.

O presente estudo pretende analisar se a afirmação da Cristina Pecequilo (2005) se comprova. Caso a hipótese da autora não seja refutada, pretendemos identificar quais foram as “novas táticas” adotadas pelos Estados Unidos para consolidar a influência nos países latinoamericanos e, mais especificamente, no Brasil. Desse modo, temos como objetivos: identificar e estudar quais os conteúdos e as táticas “iniciais” utilizadas pelos Estados Unidos com relação à América Latina; analisar como se construiu e consolidou a política da *Boa Vizinhança*, levando em consideração o contexto histórico, o conteúdo e as táticas anteriores, assim como os objetivos norteamericanos para a América Latina; e por fim, caso a afirmativa da Cristina Pecequilo e de outros autores ao longo do trabalho seja comprovada, pesquisar e nomear as diferentes táticas utilizadas pelos Estados Unidos com relação à América Latina e, mais especificamente, ao Brasil. Entre os “instrumentos” destas novas formas, dar-se-á destaque à revista *Em Guarda*: para a defesa das Américas, que foi publicada entre 1941-1945.

Para lograr os objetivos mencionados, o trabalho estará dividido em três seções, além da introdução e conclusão: as origens do pan-americanismo; pela fraternidade entre as nações: o bom vizinho da América; e o “Birô Interamericano”.

Cabe dizer que devido à complexidade e vastidão do tema, o trabalho não tem a pretensão de encerrar o assunto. O que se pretende é uma reflexão ou uma análise a respeito da política externa norteamericana para a América Latina e, mais especificamente, para o Brasil na década de 1930 e 1940, identificando se houve ou não uma “renovação” desta, com o intuito de desenhar uma primeira aproximação do tema. Caso tenha ocorrido uma renovação da política externa norteamericana,

procuraremos identificar quais foram os instrumentos utilizados. Nesse sentido, também vale dizer que o trabalho não pretende abordar todas as áreas da influência cultural norte-americana, mas daquela que foi selecionada (a imprensa), preconizar uma reflexão.

1. As origens do Pan-americanismo

Os continentes americanos, pela livre e independente condição que assumiram e mantiveram, não deverão ser considerados como suscetíveis de futura colonização por qualquer potência europeia. A sinceridade e as relações amistosas que existem entre os Estados Unidos e aquelas potências nos obrigam a declarar que considerá-los perigoso para nossa paz e segurança qualquer tentativa por parte delas que tenha como objeto estender seu sistema a uma porção deste hemisfério, seja qual for. Não intervimos nem interviremos nas colônias ou dependências de qualquer potência europeia: mas quando se trata de governos que tenham declarado e mantido sua independência, e que depois de muita consideração, e de acordo com justos princípios, tenham sido reconhecidos como independentes pelo governo dos Estados Unidos, qualquer intervenção de uma potência europeia, com o objeto de oprimi-los ou de dirigir de alguma maneira seus destinos, não poderá ser vista por nós senão como a manifestação de uma disposição hostil em relação aos Estados Unidos (MONROE apud PERKINS, 1964, p. 33)

Esta seção tem o objetivo de apresentar, ainda que brevemente e em linhas gerais, as origens do que ficou conhecido como “pan-americanismo”, assim como os elementos que o sustentaram ao longo de décadas. Nesse sentido, abordaremos algumas ideias acerca do “pan-americanismo” iniciado pelo presidente James Monroe² dos Estados Unidos, assim como focaremos nos elementos que compuseram a “Doutrina Monroe”, de forma que alguns são os mesmos ou inspiraram os demais projetos ou políticas pensadas e desenvolvidas pelos Estados Unidos, no século XIX e início do século XX, para a América Latina.

Raymond Aron (1975) afirma que a diplomacia de um Estado e sua forma de entender o mundo internacional é a herança do seu passado (p.18). A identidade nacional³ norte-americana foi construída com base em uma série de valores forjados durante a formação dos Estados Unidos. Esses valores são os pilares da cultura política do país, especialmente quando se trata da historiografia da política externa dos Estados Unidos para a América Latina. Segundo Luis Cláudio Santos (2004),

² Há autores como Glinkin (1984) que consideram Bolívar como o pai do pan-americanismo. No entanto, a divisão dos termos “pan-americanismo” e “latinoamericanismo” é para situar as propostas de cada “formulador”, isto é, Bolívar procurando unir a América Hispânica, com certo sentido de “igualdade” e Monroe procurando submeter à América Hispânica ao domínio do “grande irmão”.

³ Considerando o livro de Benedict Anderson (2004), a nação é uma comunidade imaginada com suas instituições culturais, seus símbolos e representações, com seu modo de produzir sentidos e, portanto, de construir identidades. Zygmunt Bauman (2005) escreve que a identidade não é algo a ser “descoberto”, mas inventado. Nesse sentido, a identidade deve criar laços que possam “unir” pessoas que, sem estes, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum sentimento de terem qualquer coisa em comum. É por essa razão que o autor escreve que esse sentimento de “pertencimento” e a “facilidade” com que afirmamos a nossa nacionalidade, como somos “brasileiros” não foi algo “natural”, mas fruto de um processo ou de um projeto arduamente construído.

desde o início não houve a criação de uma identidade comum entre os norte-americanos e as demais nações ao sul do continente.

Logo após conquistar a independência, os objetivos da diplomacia norte-americana resumiam-se em ocupar, povoar, explorar o espaço físico e manter uma soberania única, capaz de evitar as rivalidades da política de poder (ARON, 1975, p.19). Desse modo, as ações políticas do país estiveram voltadas para o plano doméstico. Contudo, ainda que a política externa para os países latino-americanos não despertasse o interesse norte-americano, desde a sua independência, os Estados Unidos exerceram influência sobre os vizinhos do Sul.

O processo de independência da América Ibérica (1808-1826) culmina com a ascensão dos Estados latino-americanos independentes que, com exceção do Brasil, adotaram a República como forma de governo. Embora os Estados Unidos não tenham prestado apoio ou solidariedade a esses movimentos, é inegável a influência do experimento americano neste processo. Segundo Whitaker (1966), até 1820 não havia por parte do governo dos Estados Unidos qualquer intenção de sacrificar-se em nome dos “remotos e alienígenas sul-americanos”. No entanto, os norte-americanos logo perceberam as vantagens da dicotomia América-Europa iniciada pelas “anárquicas” Repúblicas hispano-americanas. Cabe mencionar que essa contraposição entre o “Novo” e o “Velho” mundo era reivindicada pelas novas Repúblicas hispânicas com exceção do Brasil, que manteve um regime monárquico até o final do século XIX, cultivando laços estreitos com a Europa em detrimento de suas relações com os países vizinhos (SANTOS, 2004).

A construção de uma ideia de América comum aos Estados Unidos e aos vizinhos do sul não foi uma tarefa fácil. O sentimento dominante nas elites estadunidenses era o de afirmar sua peculiaridade em relação ao resto do continente. Sentimento que era traduzido por uma política externa extremamente isolacionista acompanhada por um sentimento de superioridade (WHITAKER, 1954, p. 32). A postura dos Estados Unidos alterou-se com o advento da Santa Aliança e das ambições europeias de recolonização que eram percebidas como ameaça tanto para as novas Repúblicas quanto para os Estados Unidos. É nesse contexto que, no dia 2 de dezembro de 1823 o presidente, James Monroe (1821-1825), decidiu enviar uma mensagem - que ficaria conhecida como “*Doutrina Monroe*” - ao Congresso.

A “*Doutrina Monroe*” é considerada por muitos estudiosos como a pedra angular da teoria e da prática do pan-americanismo. A partir desta declaração, os Estados Unidos assumiram a posição de “guardião” da segurança hemisférica, baseando-se na existência de ambições expansionistas na região por parte de potências extra-continentais; na defesa de um modo de vida que expressasse o maior

grau de avanço da civilização- à época, o regime político republicano- a ser defendido das ambições colonialistas europeias; e na fragilidade das Novas Repúblicas latinoamericanas em defender seus próprios interesses sem o auxílio dos Estados Unidos (AYERBE, 2004). De acordo com Kissinger (1999), a Doutrina pode ser considerada o primeiro passo para o estabelecimento do sistema americano sob a liderança dos Estados Unidos. Além do fator geopolítico- a América como uma massa terrestre separada da Europa, justificando-a e legitimando-a-, subjazia ao continente a ideia de “hemisfério ocidental”, em que a América seria principalmente uma nova sociedade e uma nova espiritualidade, contraposta à antiga, europeia.

Os norte-americanos enxergavam-se como únicos e, por essa razão, destinados a um grandioso futuro de liderança pelas liberdades humanas. O resultado dessa concepção de elementos políticos e morais foi o expansionismo norte-americano, especialmente contra índios e mexicanos, sob a fórmula do *Destino Manifesto*. De acordo com a “quase doutrina”, os sucessivos êxitos políticos, econômicos e sociais advinham da “Providência divina”, além de serem a “prova maior”, indiscutível, de que a nova nação tinha a “Providência” ao seu lado- ou melhor, que a “Providência” tinha-a escolhido para a renovação da humanidade e, ao mesmo tempo, justificativa da conduta dos “pioneiros estadunidenses em sua epopeia rumo ao Oeste”.

A *Doutrina Monroe* associada ao *Destino Manifesto* permitiram aos Estados Unidos exercerem o poder indisputado na América. A primeira porque excluía potências extracontinentais- assegurando a inexistência de rivais- e a segunda porque justificava o expansionismo no continente. De acordo com Connel-Smith (1977), por outro lado, os latino-americanos apesar de “não convidados” a participarem do “sistema americano”, aceitaram-no ao perceberem a necessidade de impedir a ação dos países europeus na América.

Inspirados e baseados em algumas das ideias mencionadas nesta primeira seção que os Estados Unidos lançaram grande parte de suas políticas para a América Latina ao longo do século XIX e início do século XX, como: *Corolário Polk*, *Corolário Roosevelt* (comumente conhecida como política do *Big Stick*) e a *Diplomacia do Dólar*. De acordo com Pecequillo (2005), desde a *Doutrina Monroe* até a *Diplomacia do Dólar* e as constantes intervenções de 1900 a 1930, o que mudaram foram os nomes, pois os objetivos permaneceram os mesmos, isto é: preservar a especificidade do sistema hemisférico, proteger e expandir seus interesses dentro dele. Ainda segundo a autora, o pan-americanismo serviu para ampliar o escopo da ação e dos interesses regionais dos Estados Unidos, embora com um foco direcionado para temas econômicos, comerciais e financeiros- o que, posteriormente, seria ampliado ideologicamente.

2. Pela fraternidade entre as nações: o bom vizinho da América

A política definitiva dos Estados Unidos daqui por diante é uma política oposta à intervenção armada (ROOSEVELT, 1933).

A presente seção tem como objetivo demonstrar a influência crescente dos Estados Unidos sob o Brasil por meio da influência econômica e política que se teve em meados da década de 1930-1940, no governo de Getúlio Vargas no Brasil e Franklin D. Roosevelt nos Estados Unidos.

De acordo com Gerson Moura (1991), a novidade da presença norteamericana nos anos 1920 foi o extraordinário crescimento de sua influência econômica. Para o conjunto da América Latina, pode-se afirmar que o marco inicial foi o período entre a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929. O período de *boom* econômico representado pelos Estados Unidos iniciou o deslocamento da hegemonia econômica britânica no continente. Outra novidade mencionada pelo autor é o surgimento de linhas de resistência latinoamericana à hegemonia norteamericana no âmbito político e cultural, destacando a adesão de alguns países da América Latina à Liga das Nações em contraposição aos Estados Unidos e no âmbito cultural, na América Hispânica, o retorno às raízes ibéricas da cultura por oposição aos avanços da cultura anglo-saxã.

A crise de 1929 surtiu efeitos significativos no continente latinoamericano. A partir desse momento, a América Latina redefiniu em alguns níveis a sua dependência frente às potências industriais. No período entre-guerras e, mais particularmente, nos anos 1930, a Alemanha retorna ao plano internacional ampliando sua presença na América Latina⁴.

Do ponto de vista ideológico, deve-se considerar três correntes principais- o liberalismo, o fascismo e o socialismo- que lutavam para conquistar os “corações e mentes” dos povos latinoamericanos. No entanto, do ponto de vista político e econômico, a Grã-Bretanha defendia suas posições enquanto os Estados Unidos e a Alemanha constituíam potências emergentes, cujo crescimento as colocava em posições antagônicas no que se refere à América Latina: *Os alemães davam ênfase ao autoritarismo antiparlamentar, protecionismo econômico e nacionalismo militar,*

⁴ A Alemanha era particularmente temida pois , com a crise de 1929, havia realinhado suas estratégias comerciais, assinando acordos bilaterais que ofereciam nítidas vantagens, incluindo a “troca de compensações” que se faziam sem a utilização da moeda. Na América Central, por exemplo, com a importância estratégica do Canal do Panamá, os germânicos tinham velhos e expressivos interesses econômicos. Outro caso que pode ser mencionado é o do Brasil onde os alemães tinham se tornado o segundo mais poderoso parceiro comercial, perdendo apenas para os Estados Unidos (PRADO, 1995, p.55).

enquanto os americanos sublinhavam a democracia liberal e o livre comércio no plano internacional (MOURA, 1991b, p. 26).

A América Latina era o “palco” das disputas comerciais, políticas e ideológicas em uma época em que estava florescendo formas de governo autoritário e economias nacionalistas ao sul do continente⁵. Do ponto de vista da presença alemã, de acordo com Gerson Moura (1991b), o interesse da Alemanha era comercial. Nesse sentido, o país desejava garantir novos clientes para melhorar sua situação econômica interna a partir do Plano Schacht⁶ e do comércio de compensações⁷. Para os países da América Latina envolvidos na política econômica alemã os efeitos foram de grande importância, pois criaram opções para um crescente comércio exterior no período de crise e depressão nos anos 1930.

Cabe mencionar que embora o interesse inicial alemão fosse econômico, o país também tentou exercer influência política e ideológica na América Latina através dos canais diplomáticos e econômicos, oficiais ou informais que criavam uma rede de interesses e um clima de boa vontade em relação à causa alemã. Do mesmo modo, o partido nazista agia de forma paralela e direta quando tentava congregiar pessoas de origem ou descendência alemã em vários países do continente, inclusive no Brasil⁸. Ademais, houve influência dos militares alemães sob os latinoamericanos no tocante ao treinamento de exércitos e a venda de armamentos na década de 1930, baseada em acordos de compensação⁹.

⁵ Dessa perspectiva, a existência de um sistema interamericano e de colaboração hemisférica não dependiam de uma identidade de regimes ou da aceitação de um ideário político comum às vinte repúblicas. Dependia tão somente da adesão à grande potência norte-americana. Estava em jogo uma questão de poder e não de princípios políticos. (MOURA, 1991, p. 25). Como por exemplo, Getúlio Vargas no Brasil.

⁶ O “Novo Plano” de 1934 consistia na adoção de uma série de medidas protecionistas como a criação de uma moeda especial, a prática do dumping e acordos bilaterais de compensação. No entanto, o protecionismo econômico alemão não era uma regra dogmática, mas uma solução ditada pelas circunstâncias que ajustou-se muito bem às formulações nacionalistas do nacional-socialismo (MOURA, 1991).

⁷ Esses acordos procuravam promover o comércio bilateral, sob os moldes da compensação. As trocas eram realizadas com o objetivo de alcançar um valor maior para as exportações alemãs. Desta forma, a Alemanha poderia adquirir produtos agrícolas e matérias primas primordiais às suas indústrias e à sua economia, utilizando-se de um sistema de trocas que garantisse um saldo de divisa à seu favor, alijando destas relações comerciais o princípio do liberalismo. Em troca, projetava-se como fornecedora de maquinarias de toda espécie. Entre estes acordos de compensação, podemos citar: Acordos de Compensação entre Estados (*Staatliche Kompensationsabmachungen ou Gegenseitigkeitsgeschaäfte* - Negócios de Reciprocidade), os Tratados de Compensação e Pagamentos (*Verrechnungs- und Zahlungsabkommen/Clearing Verträge*) e a Conta Especial para Estrangeiro para Pagamentos Internos (*Ausländer Sonderkonto für Inlandszahlungen*) (MENEZES e KOTHE, 1997, P.197-200).

⁸ Cabe ressaltar o receio dos norte-americanos com relação à quantidade de imigrantes alemães no sul do Brasil, Argentina e Chile, que na visão deles, facilmente adeririam aos apelos germânicos. Segundo Frank McCann (1995), no Brasil, na região de São Paulo e no Sul, em 1942 essa comunidade representava uma população de aproximadamente um milhão de pessoas. Para se ter uma noção da importância que essa comunidade representava para o setor agrícola, comercial e fabril do Brasil, na década de 1940 eles eram responsáveis por gerar cerca de 8% da produção agrícola, 10% da indústria e 12% do comércio (p.71).

⁹ No caso brasileiro era notória a influência alemã desde a propaganda. Não apenas as técnicas de manipulação destinadas a provocar mudanças de sensibilidade e exaltação dos sentimentos, mas também as formas de organização e planejamento dos órgãos encarregados da propaganda política

De acordo com Ricardo Seitenfus (2003), a persuasiva presença alemã preocupava o governo dos Estados Unidos que estava empenhado, na mesma década, em “apagar” as marcas deixadas pelo passado através da política do *Big Stick* e suas variantes¹⁰. Essa “mudança” de comportamento dos Estados Unidos foi pautada também pela exigência dos países latinoamericanos nas conferências interamericanas pelo respeito ao direito de autodeterminação dos povos, pelo princípio da não intervenção¹¹ e pela percepção cada vez maior da importância da América Latina para os Estados Unidos seja como mercado externo para a indústria norte-americana ou mesmo como “laboratório” dos experimentos políticos, capazes de fortalecer a liderança norte-americana. Foi nesse contexto que Franklin D. Roosevelt elegeu-se como presidente dos Estados Unidos em 1933, anunciando um “novo tempo” e uma nova política para a América Latina. A política que ficaria conhecida como política da *Boa Vizinhança*¹² foi enunciada no discurso de posse do presidente Roosevelt:

No campo da política do mundo, eu dedicaria esta nação à política do bom vizinho - que absolutamente se respeita e, porque faz assim, se respeita, os outros vizinhos, respeitam suas obrigações e respeitam a santidade de seus acordos com o mundo (ROOSEVELT apud SEITENFUS, 2003, p.54).

De acordo com Gerson Moura (1984), a política da *Boa Vizinhança* fundamentava-se nas seguintes ideias: os Estados Unidos abandonariam a política de intervenção na América Latina; reconheceriam a igualdade jurídica entre todas as nações do continente; aceitariam a necessidade de consultas periódicas para resolver os problemas que surgissem entre as repúblicas; e concordariam em cooperar por todos os meios para o bem-estar dos povos da América (p. 17). O autor ainda destaca que embora os métodos tenham mudado, os objetivos permaneceram os mesmos: minimizar a influência europeia na América Latina, manter a liderança norte-americana e encorajar a estabilidade política do continente.

revelam identidade com a proposta nazista (CAPELATO, 2009). Do mesmo modo, os organizadores das propagandas varguistas procuraram adotar os métodos de controle dos meios de comunicação e persuasão usados na Alemanha e na Itália, adaptando-os a sua realidade. Também era notória a admiração da liderança militar brasileira pela eficiência da máquina de guerra alemã.

¹⁰ Segundo Schoults (2000), deve-se considerar que nesse momento (década de 1920-1930) as nações europeias não se interessavam como antes pela região do Caribe. Nesse sentido não era fácil argumentar o prosseguimento da ocupação dos Estados Unidos no Haiti e na Nicarágua. Ademais, o Corolário Roosevelt havia causado ressentimento nos latinoamericanos.

¹¹ Essas pressões culminaram na 6ª Conferência Internacional dos Estados americanos em Havana em janeiro-fevereiro de 1928. Na 7ª Conferência Internacional dos Estados Americanos em Montevideu, em 1933, o Secretário de Estado americano, Cordell Hull, teve que aceitar a Convenção dos Direitos e Deveres dos Estados, que formulava a política da não intervenção (MOURA, 1991).

¹² De acordo com Tota (2000), a Política da *Boa Vizinhança* começou a ser idealizada pelo republicano Herbert Hoover, enquanto era Secretário do Comércio (1921-1928). Foi nesse período que Hoover percebeu o quanto as relações comerciais com a América Latina eram importantes para os Estados Unidos e o efeito contraproducente do intervencionismo dos governos Roosevelt-Taft. No entanto, quando elegeu-se como presidente, embora tivesse ambições de melhorar as relações entre os Estados Unidos e a América Latina, teve que se concentrar nos problemas domésticos devido a Grande Depressão. Schoults (2000) afirma que entre os “países” dessa política, os mais importantes foram Herbert Hoover e Elihu Root.

Segundo Gerson Moura (1991) o governo norteamericano combateu ativamente, entre 1935-1939, o comércio compensado proposto pela Alemanha, insistindo no livre comércio como a melhor forma de recuperar o intercâmbio de mercadorias no plano internacional. Ademais, ainda de acordo com Moura (1984), o diagnóstico para a América Latina era o seguinte:

as Américas Central e do Sul constituíam parte importante dos planos de dominação mundial dos nazistas; além disso, constituíam um campo de colonização potencial, em virtude dos alemães que viviam nessas regiões; esses países tinham sido importantes para o rearmamento alemão, visto que forneceram às indústrias germânicas matérias primas vitais, por intermédio compensado (p. 28).

De acordo com Halperin Donghi (1975), o fortalecimento do pan-americanismo representado pela política da *Boa Vizinhança* foi partilhado pela América Latina devido a alguns elementos entre os quais, destaca-se, a crise europeia:

A quarta década do século é caracterizada por crescentes indícios de um futuro conflito. Desde o início se torna evidente a deterioração do sistema internacional fundado sobre a Sociedade das Nações, na qual muitos – na América Latina- haviam enxergado uma válida alternativa ao pan-americanismo condenado a refletir a hegemonia dos Estados Unidos. A penetração japonesa na China, a conquista italiana da Etiópia e, sobretudo, a destruição do ordenamento da Europa Central iniciada pela Alemanha, que se tornara fascista em 1933, são fatos que dão maior valor à possibilidade de organizar um ordenamento pan-americano, protegido pelo prestígio e pela força dos Estados Unidos contra a tempestade que ameaça desabar sobre o mundo (DONGHI, 1975, p. 263).

De certa forma, a consolidação do pan-americanismo parecia oferecer vantagens diretas aos países da América Latina. Do mesmo modo, os obstáculos ao pan-americanismo continuaram a provir, sobretudo aos Estados mais ligados aos países europeus. Nesse sentido, a Argentina manteve praticamente as “mesmas” posições que assumiu em 1889, isto é, alinhamento com a Europa e, principalmente, com a Grã Bretanha (DONGHI, 1975).

No plano político-diplomático os Estados Unidos realizaram conferências interamericanas¹³ para sustentar ideias que levassem a um consenso no caso de uma guerra que atingisse a América¹⁴. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a *Reunião de Consultas* no Panamá (1939) delimitou uma vasta zona oceânica em torno dos Estados Unidos e da América Latina, no interior da qual se solicitava aos países que se abstivessem de operações de guerra. De acordo com Donghi (1975), essa conferência foi importante, pois pela primeira vez, o movimento pan-americano tomava

¹³ Três conferências merecem destaque: a de Montevideu, realizada em 1933, teve como fruto um tratado de não agressão e conciliação proposto pelos argentinos, com o inesperado apoio dos Estados Unidos em troca de evitar uma condenação unânime do protecionismo aduaneiro norteamericano; a de Buenos Aires, em 1936, para a manutenção da paz, reafirmando o principio da não intervenção; e a de Lima, em 1938, na qual os Estados Unidos propuseram um Comitê Consultivo Interamericano Permanente- o qual fora recusado tenazmente pela Argentina (DONGHI, 1975, p. 264).

¹⁴ Segundo Maria Ligia Prado (1995), os estrategistas norteamericanos haviam entendido que a guerra era uma cartada definitiva que redefiniria as relações internacionais. Desse modo a América Latina, como área de influência, deveria ser preparada.

unanimamente uma posição política diante de um evento internacional, parecendo transformar-se em uma liga de Estados neutros, do tipo daquela que a Europa conheceu no passado.

Embora o “consenso” com relação à neutralidade na Segunda Guerra Mundial, principalmente por parte dos Estados Unidos, essa política não seria definitiva. Nesse contexto, destaca-se a *Conferência de Havana* em 1940, dominada pela sombra das vitórias alemãs na Europa, diante da eventualidade vitória do Eixo, da enérgica resistência da Grã-Bretanha e do apoio crescente que os Estados Unidos ofereciam a esse país, a maior parte dos países latinoamericanos achou necessário manter a “prudência”. Nesse sentido, a Conferência limitou-se a proclamar a decisão de intervir conjuntamente no sentido de impedir eventuais transferências entre potências europeias de territórios coloniais situados na América e autorizou os Estados membros a agirem, em casos urgentes, sem seguir o procedimento previsto para as consultas¹⁵ (DONGHI, 1975).

Após a intervenção dos Estados Unidos no conflito, o mecanismo pan-americanista foi reposto em movimento. A *Reunião de Chanceleres* no Rio de Janeiro em 1942 recomendava o rompimento das relações com as potências do Eixo. Embora tenha enfrentado resistência do Chile e da Argentina, a política e as propostas norte-americanas para a guerra encontravam um apoio de outros países da América Latina. Nesse sentido, a declaração de guerra dos países da América Central e Caribe (novembro de 1941), assim com a do México (maio de 1942) e do Brasil (agosto de 1942) não surpreendeu, embora tenham sido significativas (DONGHI, 1975).

Segundo Gerson Moura (1991), no decorrer da Segunda Guerra Mundial houve três dimensões fundamentais da relação Estados Unidos e América Latina: a primeira era relacionada aos materiais estratégicos, isto é, a ajuda econômico-financeira estava condicionada à definição das necessidades do esforço de guerra americana. Nesse sentido, os Estados Unidos adquiriram materiais estratégicos com preços abaixo dos níveis do mercado internacional- assim como uma política de centralização das compras e redistribuição desses materiais sob o comando de Washington¹⁶; a segunda era relacionada as bases militares; e a terceira era relacionada ao apoio político. Com relação ao apoio, Gerson Moura (1991) afirma que este só foi alcançado ao final da guerra. O que pode ter sido “positivo” para o Brasil, pois as “dificuldades”

¹⁵ Os Estados Unidos conduziram sua política internacional sem recorrer ao mecanismo panamericano. Nesse sentido, alugaram unilateralmente bases navais nas possessões britânica e, junto com o Brasil, ocuparam a Guiana Holandesa.

¹⁶ Exemplo disso era a borracha vendida à *Rubber Reserve Corporation* que detinha o mais completo controle sobre a produção e comercialização, inclusive no estabelecimento de quotas para os demais países latinoamericanos (MOURA, 1991, p. 38).

com a Argentina¹⁷ favoreceram o país e a sua posição de “aliado especial” dos Estados Unidos durante o conflito.

Como se notou, os “valores pan-americanos” não se propagaram de maneira espontânea, assim como as conferências não foram instrumento suficiente de sua difusão. Por essa razão, o governo dos Estados Unidos adotou uma série de medidas para garantir o êxito do “empreendimento”. Entre estas medidas, destaca-se a criação do *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*, em agosto de 1940, destinado a coordenar os esforços dos Estados Unidos no plano das relações culturais e econômicas com a América Latina que será apresentado na próxima sessão.

3. O “Birô Interamericano”

Encontrei no povo de todos esses países um firme desejo de cooperar em toda a medida do possível para a derrota do nazi-fascismo. Seja pela produção de materiais estratégicos ou seja pela sua valiosa contribuição para a defesa do Hemisfério, todos não têm recusado a fazer sacrifícios e passar privações. Para todos esses povos, o Panamericanismo tem uma significação tão evidente como um pacto, não somente quanto à cooperação necessária à vitória, como quanto à organização, em paz e harmonia, de um mundo verdadeiramente justo e cristão, baseado na liberdade que todos prezamos. Quando soar a vitória, uma outra oportunidade se oferecerá para os povos do Hemisfério Ocidental. Será então que os nossos ideais de democracia, de paz, de tolerância e de bons vizinhos poderão ser um exemplo, uma inspiração aos povos de além-mar (WALLACE apud EM GUARDA, nº IV, v. 11, p. 25).

A presente sessão tem o objetivo de apresentar uma das formas adotada pelos Estados Unidos para lograrem seus objetivos- minimizar a influência europeia e, principalmente, alemã na América Latina, manter a liderança e encorajar a estabilidade política no continente. Desse modo, o capítulo abordará a formação e os objetivos do *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics* ou o que ficou conhecido um ano mais tarde como *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), também denominado como “*Birô*” ou “*Birô Interamericano*” por Gerson Moura (1984). Além da constituição, deve-se considerar os meios utilizados para alcançarem os objetivos do órgão, ou seja, retomar alguns elementos das divisões que os Estados Unidos formaram no âmbito cultural no Brasil, mais especificamente na imprensa.

Segundo Maria Ligia Prado (1995), tomando a Alemanha como “espelho” na questão propagandística e considerando a constante preocupação pelo crescente avanço político alemão na região, o governo dos Estados Unidos começou a se

¹⁷ A resistência argentina reforçou os temores chilenos fazendo com que ambos mantivessem a neutralidade na guerra por mais tempo. Com relação à Argentina, deve-se mencionar o nacionalismo militar que derrotou o governo civil argentino em 1943.

preparar diplomaticamente para a “confrontação”. Em 1938, o secretário de Estado Cordell Hull constituiu um órgão denominado *Divisão das Repúblicas Americanas* que, no fim daquele ano, continha quatorze escritórios dentre os quais o de cooperação militar, o de comércio e outro preocupado com as atividades germânicas. Nesse sentido, o primeiro “investimento concreto” foi uma política de transmissão internacional de rádio¹⁸ para contrabalancear os avanços da propaganda alemã¹⁹.

Segundo Gerson Moura (1991b), os Estados Unidos trataram de dar um novo alento aos órgãos governamentais americanos tais como a *Divisão Cultural do Departamento de Estado* e o *Comitê Interdepartamental de Cooperação com as Repúblicas Americanas*. No entanto, uma das decisões mais “importantes” foi a criação do *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*, em agosto de 1940, destinado a coordenar os esforços dos Estados Unidos no plano das relações culturais e econômicas com a América Latina: *De acordo com as definições oficiais, esse laboratório estratégico recém criado era um organismo destinado a promover “a cooperação interamericana e a solidariedade hemisférica”* (MOURA, 1984, p. 21).

Segundo Haines (1989), a amplitude de ação desse novo órgão pode ser avaliada pelo exame de seus objetivos: persuadir as nações latinoamericanas a seguir a liderança dos Estados Unidos em oposição ao Eixo, integrar a economia americana com a dos Estados Unidos em um mesmo sistema, impedir revoluções nas Américas, lutar contra os agentes do Eixo e aumentar o comércio com os Estados Unidos (p. 380). Um ano mais tarde o nome do órgão foi simplificado para *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) sob a direção de Nelson Rockefeller. O escritório era composto por um grande aparato, como descreve Moura (1984):

(...) o Birô gastou cerca de 140 milhões de dólares em 6 anos de atividades. Nos tempos de maior ação, empregava 1100 pessoas nos Estados Unidos e 200 no estrangeiro, além dos comitês voluntários de cidadãos norte-americanos (geralmente empresários) que apoiavam as atividades do Birô em 20 países americanos (p. 22).

Embora o aparato e a influência de Rockefeller, o escritório teve dificuldades iniciais no que diz respeito à “filosofia” que iria orientar o programa. Nesse sentido, Rockefeller convocou uma série de especialistas para debater o que seria transmitido por esse programa. A ideia inicial era os valores da democracia e do bom vizinho. No entanto, com a ausência de elementos que demonstrassem tais valores, começaram a

¹⁸ Naquele momento, o rádio era o mais importante meio de comunicação. Notando que os alemães haviam compreendido a penetração do rádio e suas potencialidades como meio de comunicação, os Estados Unidos investiram nessa área. Em 1939, a Alemanha tinha sete horas por semana de programas para a América Latina, enquanto os Estados Unidos tinham doze horas (PRADO, 1995, p.59).

¹⁹ Estes primeiros programas serviram de inspiração para a proposta de Nelson Rockefeller que visava a criação de um órgão que assumisse um papel mais ativo nas relações de “boa vizinhança” entre os Estados Unidos e a América Latina, enfatizando as relações culturais.

pensar em temas que pudessem ser considerados como “valores comuns” dos Estados Unidos e das Américas. Encontrando dificuldades novamente, decidiram fixar-se na ideia do pan-americanismo que era uma realidade fundada em ideais comuns de organização republicana, na aceitação da democracia como um ideal, na defesa da liberdade e dignidade do indivíduo, na crença na solução pacífica das disputas e na adesão aos princípios de soberania nacional, cuja manifestação concreta seria os programas de “solidariedade hemisférica” (MOURA, 1984).

De acordo com Tota (2000), o escritório era composto por quatro divisões: comunicações com as seções de rádio, cinema, imprensa e esportes; relações culturais com as seções de arte, música, literatura, educação; saúde com as seções dos problemas sanitários em geral e comercial/ financeira com as seções de exportação, transporte, finanças e desenvolvimento. Ademais, Moura (1984) afirma que, sob a direção de Nelson Rockefeller, não foi difícil mobilizar a “comunidade americana de negócios” nos Estados Unidos e na América Latina para a “solidariedade hemisférica”, pois a colaboração patriótica se daria em troca das melhores oportunidades de negócios ao sul do continente.

Do Laboratório para o Brasil

Do ponto de vista norteamericano, era arriscado ter um país como o Brasil “dividido” seja do ponto de vista geográfico ou político. Geográfico pela sua dimensão e localização no continente e político pela posição e influência positiva ou negativa que o país tinha frente aos vizinhos. Ademais, o Brasil estava entre os principais produtores de matérias prima estratégicas necessárias ao esforço de guerra americano como, por exemplo, o ferro e a borracha.

De acordo com Gerson Moura (1984), houve uma divergência importante entre os militares brasileiros e americanos que justificaria ainda mais o pan-americanismo por “outros meios”. Do ponto de vista estratégico, os americanos desejavam encarregar-se da defesa global do continente, incluindo o Brasil, enquanto os brasileiros asseguravam sua intenção de defender o território nacional, sendo que os americanos entrariam apenas com as armas e as munições. O grande dilema entre 1939-1941 é que os governantes e militares dos Estados Unidos estavam inseguros com relação aos sentimentos pró-Eixo de alguns militares brasileiros. Nesse sentido, o OCIAA se revestia de um aspecto político vital que era a necessidade de ganhar os “corações e mentes” dos líderes políticos e militares brasileiros sendo que, sem a cooperação, os planos estratégicos não se concretizariam (MOURA, 1984):

Mais ainda: era necessário assegurar não apenas o acesso às agências do Estado brasileiro, mas também ganhar os grupos sociais mais significativos

do ponto de vista da formulação de políticas, assim como, na medida do possível, a massa da população politicamente significativa (p. 31).

No Brasil, o órgão era dirigido por Berent Friele, sendo que suas atividades tinham o apoio da Embaixada americana no Rio de Janeiro somado ao suporte de um Comitê de Coordenação composto por empresários. Nelson Rockefeller visitou o Brasil em 1942 para examinar o andamento do programa e aproveitou para fazer uma política de aproximação com os militares brasileiros, vendendo a imagem de “colaboração hemisférica”.

Segundo Tota (2000), o OCIAA aplicou os programas no Brasil em três grandes áreas interligadas: informação, saúde e alimentação. No presente trabalho, sem desconsiderar a importância da saúde e alimentação, nos dedicaremos à exposição e análise da área de informação e, mais especificamente, a imprensa.

Segundo Gerson Moura (1984), do ponto de vista da penetração cultural e ideológica, essa Divisão compreendia as seguintes seções: imprensa, rádio, filmes, análises de opinião pública e ciência/educação, sendo que os objetivos da divisão variaram de acordo com a conjuntura da guerra. Neste trabalho exploraremos a imprensa por meio da revista *Em Guarda*: para a defesa das Américas.

Com relação à imprensa, Gerson Moura (1984) menciona a noção da colaboração enraizada na história dos Estados Unidos e do Brasil como tema privilegiado nas notícias transmitidas pelas agências de notícia à imprensa brasileira. Do mesmo modo, a imprensa ressaltava os sacrifícios americanos na guerra. Nesse sentido, desde o início do programa, o OCIAA promovia negociações com as agências United Press e Associated Press no sentido de elaborarem e difundirem notícias favoráveis aos Estados Unidos, assim como notícias da América Latina para os Estados Unidos. Maria Ligia Prado (1995) ressalta que os jornais da América Latina não eram auto suficientes na produção de papel e, por essa razão, submeteram-se aos ditames dos Estados Unidos.

Os jornais que eram “favoráveis” aos norte-americanos eram beneficiados também com a propaganda de produtos americanos. Segundo Tota (2000) os gastos das empresas americanas com propaganda aumentaram demasiadamente após o início da guerra: “de 4 milhões de dólares no primeiro ano da guerra, o total passou a 8 milhões, em 1942; 13,5 milhões, em 1943; 16 milhões, em 1944, e 20 milhões, em 1945 (p.57).

A Divisão de Informações dedicava-se também a outras atividades de divulgação, publicando uma série de folhetos, entre os quais um se mostrou particularmente bem sucedido: *Em Guarda*. Cabe mencionar que inicialmente, deveria

chamar-se-ia *Em Marcha*- nome que seria justificado à medida que as tropas nazistas avançavam. No entanto, em um contexto onde o governo estadunidense pretendia buscar adesão dos latinoamericanos à sua luta, tal termo sugeriria uma dose de agressividade por parte dos Estados Unidos. Nesse sentido o Secretário de Estado, Cordell Hull, em 1940, vetou o nome e sugeriu um título menos ofensivo: *Em Guarda* que além de soar mais sutil, daria a impressão de que apenas seria efetuada alguma ofensiva se primeiramente eles fossem atacados. Ademais, além de estarem “*Em Guarda*”, os editores reafirmaram a luta em prol das Américas no subtítulo “*Para a defesa das Américas*”, soando como um grito de guerra (TOTA, 2000).

Em Guarda era publicada mensalmente para o *Bureau de Assuntos Interamericanos* com sede em Washington pela empresa *Business Publishers International Corporation*, cuja redação localizava-se na cidade de Nova York. Gerson Moura (1984) destaca a importância da revista:

Impressa na cidade de Nova Iorque a partir de abril de 1941, a revista “Em Guarda” foi distribuída no Brasil a partir de 1942. Possui tiragens mensais e perdurou de 1941 a 1945. Foi transmitida em três línguas: português, espanhol e francês, justamente para ser vista por todos os americanos situados abaixo do Rio Grande. O Brasil foi o país em que mais ela foi distribuída, concomitantemente, atingiu um maior número de leitores, em média cinco por revista. Somente no ano de 1943 cerca de 630.000 exemplares foram distribuídos no Brasil (MOURA, 1984, p.35).

A revista possui textos e imagens em preto e branco, ressalva feita às fotografias de destaque que receberam cor:



Figura 1: “Os três cavaleiros”. Revista *Em Guarda*: para a defesa das Américas, Ano 4, nº 3, p. 20.

As capas são coloridas e com imagens e, em geral, com figuras ilustres da política e do exército das América ou mesmo com as novidades bélicas:

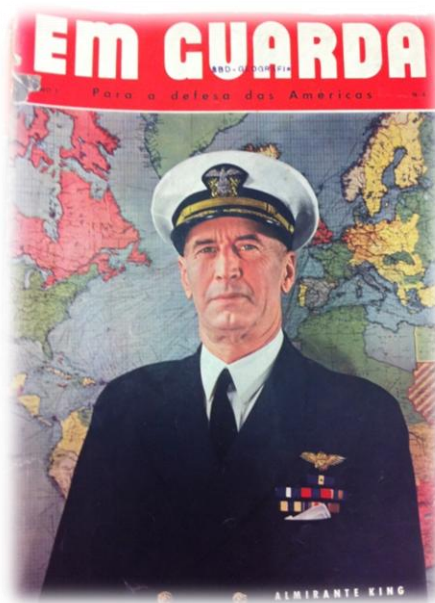


Figura 2: *Em Guarda*: para a defesa das Américas, Ano 3, nº 4.

A revista foi marcada por diferentes tipos de reportagens como: as tecnologias bélicas utilizadas pelas Forças Aliadas- armas poderosas, veículos de guerra, treinamento de alta qualidade aos soldados norteamericanos; a grande mobilização do povo norteamericano no esforço de guerra seja em casa, na indústria, no *front*; o papel e o significado da mulher norteamericana que não estava mais em casa, e por essa razão, auxiliava nos esforços da guerra em seu país e também os minerais latinoamericanos para o esforço de guerra:



Figura 3: “Minerais das Américas”. Revista *Em Guarda*: para a defesa das Américas, Ano 3, nº 1.

Os oficiais e líderes políticos latinoamericanos também adquirem destaque no periódico, demonstrando seu engajamento:



Figura 4: “Nova ligação BR-EEUU”. Revista *Em Guarda*: para a defesa das Américas, Ano 3, nº 1, p. 26.

Nesse sentido, quando as alianças entre os países e os Estados Unidos eram realizadas, todo o armamento, treinamento de soldados, programas de infraestrutura que surgiam, ganhavam destaque na revista. Cabe dizer que a contra capa da revista também exibia interessantes e representativas imagens:



Figura 5: “Unamos-nos contra a agressão”. Revista *Em Guarda*: para a defesa das Américas, Ano 2, nº 4, contra capa.

A imagem acima representa a pretensão de junção americana em torno de um “inimigo” central: o Eixo. Também podemos notar que todas as bandeiras possuem o mesmo tamanho, dando um significado de igualdade entre todas essas nações, no

entanto, no topo da página, no plano mais alto, aparece a bandeira dos Estados Unidos. Essa posição de destaque pode sugerir que era sob o comando desse país que todos os outros iriam partir para a luta contra a serpente do “mal”: o nazi-fascismo.

Para Antonio Pedro Tota “a revista veicula uma imagem dos Estados Unidos como fortaleza segura da democracia continental. Fortaleza à qual os países do continente poderiam pedir toda sorte de auxílio, sempre que necessário.” (TOTA, 2000, p.56).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos ascendem como potência mundial. Ademais, segundo Gerson Moura (1984), é nesse momento que também encerram-se os motivos imediatos da criação do OCIAA, assim como da revista *Em Guarda*. A América Latina era uma área politicamente “pacífica” quando comparada aos “problemas maiores” que os Estados Unidos teriam que enfrentar na Europa, na Ásia e na nova conjugação de forças no tabuleiro internacional que configuraria a Guerra Fria.

Nesse sentido, em março de 1945, por decisão do presidente Roosevelt, a OCIAA começou a ser chamada de *Office of Inter American Affairs*, sendo que Wallace K. Harrison foi indicado para assumir a instituição. Com a morte do presidente Roosevelt, o escritório foi perdendo espaço até ser extinto, em 1946, pelo presidente Harry Truman. A partir deste momento, todas as funções do *Office* seriam transferidas para o Departamento de Estado. Nas palavras de Tota (2000): “a fábrica de ideologias’ havia sido fechada. Não tinha mais serventia” (p.190).

Considerações Finais

O objetivo do presente trabalho não foi compreender as relações entre os Estados Unidos e o Brasil, no período estudado, sob a ótica do imperialismo clássico, pois não acreditamos no poder elucidativo de teorias reducionistas que colocam os Estados Unidos como detentores de um poder absoluto de decisão e os latinoamericanos como vítimas facilmente manipuláveis, sem qualquer poder de escolha. Contrariamente, seguimos a linha de pensamento de Gerson Moura que, fugindo de generalizações, contribuiu para o estudo da historiografia das relações entre os Estados Unidos e o Brasil à época da Segunda Guerra Mundial, mostrando como um país aparentemente débil como o Brasil soube se utilizar de seu poder de barganha para alcançar vantagens junto aos Estados Unidos, como por exemplo, o crédito de US\$ 20 milhões e de assistência técnica para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda ou mesmo o financiamento vantajoso para rearmar as Forças Armadas.

Cabe dizer também que este trabalho não procurou explicitar a política externa dos Estados Unidos, apenas do ponto de vista de autores norteamericanos. O trabalho procurou mesclar fontes primárias e secundárias tanto latinoamericanas quanto norteamericanas para que se pudesse analisar o período dentro um contexto mais amplo.

Deste modo, optou-se por uma análise a partir da afirmação de autores, como Cristina Pecequilo (2005), que embora as formas tenham mudado, os conteúdos permaneceram, não podendo se falar em uma real renovação do relacionamento entre os Estados Unidos e a América Latina e, mais especificamente, o Brasil. Nesse sentido, as nossas hipóteses não foram refutadas, isto é, além da confirmação de uma mudança nos meios e não nos objetivos da política externa norteamericana para a América Latina e, mais especificamente, para o Brasil, identificamos alguns dos instrumentos pelos quais a “continuidade” de conteúdo ocorreu, dando destaque ao OCIAA. Do ponto de vista norteamericano, podemos pensar no “sucesso” no Brasil das novas práticas da sua política externa a partir do OCIAA. “Sucesso”, pois conseguiu convencer boa parte da sociedade brasileira da “modernidade” e da necessidade de “defesa” dos valores norteamericanos, das suas atitudes, do “protetor” das Américas, do saber científico e técnico em diversas áreas em contraposição e contraste aos valores, atitudes e saber brasileiros que foram considerados por muitos como “atrasados”, quando não, “primitivos”.

A “construção” e “incorporação” dos valores norteamericanos na América Latina ocorreu ao longo de décadas e não sem resistência em algumas partes das Repúblicas latinoamericanas. Do mesmo modo, um povo incorpora um determinado valor cultural de outro se o mesmo fizer sentido no conjunto geral da sua cultura. Nesse sentido, a assimilação cultural não se faz por imitação ou em bloco, pois um povo não aceita todos os elementos culturais de outro- aceita apenas uma parte, dando a esta parte novos sentidos, sendo um processo que envolve escolha e recriação.

Em seus seis anos de vida, o OCIAA serviu como um laboratório para a experiência norteamericana de fazer da cultura um instrumento de poder. Passada a ameaça do “imperialismo alemão”, o *Office* de Rockefeller perdeu expressão política até chegar à extinção. Embora a extinção, o departamento deixou suas práticas como herança aos Estados Unidos, que, a partir de então, agregaram definitivamente o poder brando à sua política exterior, dando ao “experimento nacional” um enfoque universal.

Por fim cabe dizer que entendemos este trabalho como o início de um estudo e não o fim. Portanto, esperamos que este breve “desenho” da mudança das formas da

política norte-americana para o Brasil na década de 1940, considerando principalmente os métodos propagandísticos, possa contribuir para pesquisas posteriores.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ARON, R. *República Imperial: os Estados Unidos no mundo pós-guerra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- ATKINS, G Pope. *Latin America in the International political system*. Westview Press, Boulder, 1989.
- AYERBE, L. F. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CONNEL-SMITH, Gordon. *El sistema interamericano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- GLINKIN, Anatolii. *Latinoamericanismo contra el Panamericanismo: desde Simón Bolívar hasta nuestros días*. Moscú: Progreso, 1984.
- HAINES, Gerald K. *The americanization of Brazil. A study of US Cold War diplomacy in the Third World, 1945-1954*. Wilmington, Delaware, 1989.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1997.
- MENEZES, Albene Miriam F. & KOTHE, Mercedes Gassen (orgs.). "Comércio Exterior do Brasil na década de 30". In: *Revista Múltipla*. Brasília: UPIS, 1997.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935-1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- _____. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991b.
- PECEQUILLO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.
- PERKINS, Dexter. *Historia de la Doctrina Monroe*. Buenos Aires: Eudeba, 1964.
- PRADO, Maria Ligia. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a Guerra. *Revista Usp*. São Paulo: nº 26, 1995, pp. 52-61.
- RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafane G. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (Do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Unesp, 2004.
- SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- SCHOULTS, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauri, SP: EDUSC, 2000.
- TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WHITAKER, Arthur. *The Western Hemisphere Idea: Its Rise and Decline*. New York: Cornell University Press, 1954.
- _____. *Estados Unidos e a independência da América Latina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966.